

PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DO TJDF

PRESERVATION AND DISSEMINATION OF THE HISTORICAL-CULTURAL HERITAGE OF TJDF

Aline Cristina Costa de Arruda

Mestra em Estudos Museológicos e Curadoriais pela Universidade do Porto.

Servidora pública.

aline.costa.arruda@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/8010528740303159>

<https://orcid.org/0009-0009-2376-8454>

Jobert Charles Vieira da Silva

Mestrando em Ciência da Informação pela Universidade do Porto.

Servidor público.

jobert.h.silva@tjdf.tj.jus.br

<http://lattes.cnpq.br/7977915014078452>

<https://orcid.org/0009-0008-7149-6070>

Maison Roberto Mendonça Gonçalves

Especialista em Biblioteconomia pela Faculdade Integrada Instituto Souza – FaSouza.

Servidor público.

maisongoncalves@ibict.br

<http://lattes.cnpq.br/4801149802103690>

<https://orcid.org/0000-0003-4056-6917>

RESUMO

Objetivo: este trabalho apresenta uma contribuição para a discussão sobre a importância da preservação e difusão do patrimônio histórico-cultural, por meio do compartilhamento da experiência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF na adoção da plataforma digital Omeka, como Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC para preservação e acesso ao patrimônio. O desenvolvimento deste trabalho se deu no contexto dos valores relacionados com a democracia cultural, nova museologia, museologia crítica e com o uso intensificado das TICs na produção e no compartilhamento do conhecimento. Nesse sentido, além de apresentar a experiência do TJDF na implementação da plataforma Omeka, aborda o papel das TICs como ferramentas capazes de democratizar o acesso. Método: como metodologia, optou-se pela abordagem da epistemologia construtivista compreensiva, utilizando procedimentos dedutivo e indutivo, técnicas de recolha e tratamento de informações documentais e não documentais, bem como métodos qualitativos, como a pesquisa bibliográfica e os estudos experimentais. Resultado: o resultado foi a constatação de que a plataforma Omeka atende às necessidades de instituições que preservam acervos museológicos e que necessitam realizar ações de difusão, a exemplo das exposições. A conclusão é que o projeto foi bem-sucedido quanto ao que se pretendia para atender à Política de Gestão da Memória do TJDF, no que diz respeito à adoção de TICs e democratização do acesso. Concluiu-se também que, para a plataforma ser eficiente com relação à difusão de informação, é necessário o desenvolvimento de outras ações que englobe questões como definição de padrões para descrição e criação de uma política de coleções.

» PALAVRAS-CHAVE: PATRIMÔNIO MUSEOLÓGICO. DIREITO À CULTURA. ACESSO. COMPARTILHAMENTO DE CONHECIMENTO. OMEKA.

ABSTRACT

This work presents a contribution to the discussion on the importance of preserving and disseminating historical-cultural heritage, by sharing the experience of the Court of Justice of the Federal District and Territories (TJDF) in adopting the Omeka digital platform, as a Technology of Information and Communication (ICT) for preservation and access to heritage. The development of this work took place in the context of values related to Cultural Democracy, New Museology, Critical Museology and the intensified use of ICTs in the production and sharing of knowledge. In this sense, in addition to presenting TJDF's experience in implementing the Omeka platform, it addresses the role of ICTs as tools capable of democratizing access. As a methodology, we opted for a comprehensive constructivist epistemology approach, with deductive and inductive procedures, techniques for collecting and processing documentary and non-documentary information, qualitative methods such as bibliographic research and experimental studies. The result was the realization that the Omeka platform meets the needs of institutions that preserve museum collections and that need to carry out dissemination actions, such as exhibitions. The conclusion is that the project was successful in what it intended to comply with the TJDF Memory Management Policy, with regard to the adoption of ICTs and democratization of access. It was also concluded that for the platform to be efficient in relation to the dissemination of information, it is necessary to develop other actions that encompass issues such as defining standards for descriptions and creating a collections policy.

» KEYWORDS: MUSEUM HERITAGE. RIGHT TO CULTURE. ACCESS. KNOWLEDGE SHARING. OMEKA.

Artigo recebido em 9/2/2024, aprovado em 10/9/2024 e publicado em 10/01/2025.

INTRODUÇÃO

O Memorial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF, denominado – Espaço Desembargadora Lila Pimenta Duarte, preserva um acervo histórico-cultural constituído por documentos, mobiliários e obras de arte com valor histórico, cultural e informativo muito relevante para a sociedade. Tal relevância se dá, entre outros aspectos, ao fato de o acervo abranger conteúdos e testemunhos que dizem respeito à origem de Brasília e à formação sociocultural da cidade.

Consciente da dimensão e riqueza do acervo, o tribunal instituiu, em 2007, o Programa Memória do TJDF. No âmbito desse programa, foram criados dois ambientes destinados à preservação e difusão do patrimônio histórico-cultural e da memória institucional, sendo eles um ambiente físico e um virtual. Num primeiro momento, em 2008, foi instituída a página virtual, que foi pensada para funcionar como um centro de memória digital. Em seguida, em 2010, no contexto das comemorações dos cinquenta anos do tribunal, foi inaugurado o espaço físico, que recebeu o nome Memorial TJDF – Espaço Desembargadora Lila Pimenta Duarte.

Tanto os espaços virtuais quanto o físico são geridos pelo Núcleo de Apoio à Preservação da Memória Institucional – Nuami, subordinado à Coordenadoria de Custódia e Preservação da Memória Institucional – Coami, unidade integrante da Secretaria de Gestão da Informação e do Conhecimento – SGIC na estrutura da Primeira-Vice-Presidência do TJDF.

As ações para preservação do patrimônio histórico-cultural do Memorial TJDF vêm-se desenvolvendo desde as primeiras iniciativas em 2007. Dentre as últimas ações, destaca-se o projeto para a implementação da plataforma *Omeka*, em 2022 – último projeto desenvolvido para adoção de TIC no Memorial, com foco no acervo museológico. O objetivo da adoção do *Omeka* foi atender às demandas atuais da sociedade por um acesso mais democrático – amplo, imediato e facilitado.

Vale lembrar que tais ações são coerentes com o contexto social em que estão inseridas, caracterizado por valores relacionados com a democracia cultural (Lopes, 2009), da qual emergiu nova forma de relação entre o museu e a comunidade, e alinhadas aos pensamentos da nova museologia (Desvallées; Wasserman; Bary, 1994), que afirma o museu como uma instituição com funções sociais, da museologia crítica (Hernández, 2006; Shelton, 2013), que propõe a pluralidade de discursos e de formas expositivas. Além disso, são considerados a transparência, a participação social e o compartilhamento de conhecimento como fatores relevantes nesse processo.

Nesse contexto, além do exposto acima, influenciaram as ações adotadas pelo Memorial TJDF para a adoção da plataforma *Omeka* o papel fundamental das Tecnologias da Informação e da Comunicação – TICs na preservação e difusão do patrimônio museológico, considerando o potencial dessas ferramentas em oferecer acesso rápido com maior alcance de público, pois proporcionam a remoção de barreiras entre pessoas, compartilham conhecimento e permitem maior aproximação com o patrimônio cultural (Takahashi, 2000).

Com essas iniciativas, o Memorial busca estabelecer-se, para além de uma instituição especializada na salvaguarda do patrimônio cultural, também como um representante da diversidade cultural, responsável pela preservação, difusão e acesso à cultura e ao conhecimento, capaz de promover transformações sociais.

Essas ações atendem também à Recomendação da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Unesco, 2017) sobre a Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, a sua Diversidade e o seu Papel na Sociedade. Essa recomendação destacou a importância de as instituições museológicas serem meios para salvaguarda e difusão do patrimônio cultural e natural, assim como instrumento de apoio à diversidade cultural.

Foi considerado também o previsto na Constituição Federal – CF, no art. 215: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” e no art. 216, § 1º, “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”.

Sendo o Memorial TJDFT um espaço dedicado à divulgação da memória institucional de órgão do Poder Judiciário, deve observar também as regulamentações próprias dessa esfera da administração pública. Em 2020, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ publicou a Resolução CNJ 324, de 2020, da qual se pode destacar conceito de gestão da memória:

Gestão da Memória como o conjunto de ações e práticas de preservação, valorização e divulgação da história contida nos documentos, processos, arquivos, bibliotecas, museus, memoriais, personalidades, objetos e imóveis do Poder Judiciário, abrangendo iniciativas direcionadas à pesquisa, à conservação, à restauração, à reserva técnica, à comunicação, à ação cultural e educativa (Brasil, 2020).

A resolução apresenta abordagem abrangente do conceito de “Gestão da Memória”, pois coloca um conjunto de ações relacionadas com a preservação, valorização e difusão do patrimônio cultural como medidas relevantes a serem adotadas pelas unidades preservadoras de acervos de memória. Sendo assim, pode-se perceber a importância dessas ações para proteção do patrimônio e do conhecimento gerado a partir dele, como meios para perpetuação da herança histórica e cultural ao longo do tempo, para gerações atuais e futuras.

A adoção das ações de preservação e difusão, em especial da plataforma *Omeka*, também considerou a necessidade de atender à legislação interna do tribunal, como a Política de Gestão da Memória do TJDFT, instituída pela Resolução 10, de 24 de agosto de 2021 (Brasil, 2021), que apresenta como diretriz em seu art. 4º, entre outras, o “VII - favorecimento do uso de novas tecnologias digitais para ampliar a dimensão informativa dos acervos”; e a Portaria Conjunta 140/2022 (Brasil, 2022), que dispõe no inciso VIII do art. 28 que compete ao Nuami “adotar e gerir tecnologias da informação e comunicação para preservação e disseminação do acervo”.

Quanto à regulamentação, as ações adotadas pelo Memorial TJDFT alinham-se ao previsto na Lei 11.904/2009 (Brasil, 2009), que instituiu o Estatuto de Museus, principalmente com relação aos princípios elencados no art. 2º e parágrafo único:

Art. 2º São princípios fundamentais dos museus:

I – a valorização da dignidade humana;

II – a promoção da cidadania;

III – o cumprimento da função social;

IV – a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;

V – a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;

VI – o intercâmbio institucional.

Parágrafo único. A aplicação deste artigo está vinculada aos princípios basilares do Plano Nacional de Cultura e do regime de proteção e valorização do patrimônio cultural (Brasil, 2009).

Cumprir lembrar que a elaboração do projeto para adoção de TIC para preservação e difusão do acervo buscou atender também ao previsto na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, elaborada no âmbito das Organizações das Nações Unidas – ONU. Isso porque a agenda considera a importância da construção, colaborativa e solidária, de uma sociedade pautada no respeito universal aos direitos humanos, à dignidade humana, à diversidade cultural e à igualdade de gênero. Nesse contexto, coloca o papel dos museus como instituições geradoras de conhecimento, capazes de promover transformações sociais.

Destaca-se também que, a partir de 2019, o mundo atravessou uma crise humanitária causada pela proliferação do vírus da covid-19. Consequentemente, houve o fechamento das instituições, isolamento das pessoas e a aceleração de um processo que vinha ocorrendo de forma lenta na maioria das instituições: a busca por soluções que viabilizem o acesso amplo e imediato como forma de preservação e difusão dos acervos e do conhecimento gerado a partir dele. Assim, as TICs assumiram papel fundamental ao possibilitarem acesso *on-line*, tornando-se naquele contexto a principal solução para continuidade dos trabalhos das instituições e garantia dos direitos de acesso e direito à cultura.

Nesse contexto, a fim de orientar quanto aos procedimentos adequados, o *International Council of Museums* – ICOM Brasil publicou, no seu sítio *on-line*, recomendações que orientam as instituições de cultura e memória a realizarem ações que promovam a expansão do acesso remoto para o público em geral. Das recomendações, destacam-se: “modos de alcançar o público remotamente”, por meio da qual o ICOM incentiva as instituições a disponibilizarem as suas coleções *on-line* e, quando não tiverem condições de fazer isso, a utilizarem as TICs para, de alguma maneira, se aproximarem do público.

Considerando todo o exposto, o TJDFT, em parceria com o Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia – Ibict instituiu, em 2021, grupo de trabalho, por meio de termo de cooperação técnica, para adoção da plataforma digital *Omeka*, com fins de preservação e difusão do acervo gerido pelo Memorial. Isso porque a disponibilização para acesso público do acervo, suas informações e o conhecimento gerado a partir dele justificam a existência de uma instituição de cultura e atendem às orientações e regulamentações sobre a proteção do patrimônio histórico-cultural.

Para fins didáticos, após breve apresentação da plataforma digital *Omeka*, a continuidade do texto foi organizada em tópicos que tratam das principais etapas que constituíram as ações para implementação da plataforma digital. Sendo assim, num primeiro momento, é abordada a importância do diagnóstico como condição para a escolha do *software* mais adequado; em seguida, são apresentadas as justificativas para a escolha do *Omeka*, a necessidade de elaboração da política de coleções e o estabelecimento da árvore de coleções, a padronização das descrições para os objetos digitais depositados, geração, depósito e descrição dos representantes digitais selecionados para constituir a plataforma, os estudos de público, a estruturação da plataforma e a customização do *layout* da página, a elaboração de textos informativos para contextualização do Memorial, suas ações e seu acervo, as questões de acessibilidade, a elaboração do guia contendo instruções para usuários e as contribuições para a construção do conhecimento.

Como metodologia, optou-se pela abordagem da epistemologia construtivista compreensiva, segundo a perspectiva social (Santos, 2008). Além disso, consideram-se os pensamentos críticos da área museológica (Hernández, 2006; Shelton, 2013). Quanto ao procedimento, o trabalho utilizou o método dedutivo em que a construção teórica precedeu a parte prática e o método indutivo – em que, durante o trabalho prático, conforme as experiências realizadas, a parte teórica é revisada e complementada. O método adotado foi o qualitativo com pesquisa bibliográfica e estudos experimentais. Com relação à teoria, foram realizadas pesquisas bibliográficas e analisados trabalhos de outras instituições.

A abordagem apresentada neste artigo também considerou a observação participante e as discussões técnicas com profissionais de áreas multidisciplinares do TJDF e do Ibict. Quanto à parte prática, os testes e as experiências foram feitos em equipe no âmbito do projeto para a implementação do *Omeka*. Quanto à técnica para coleta de dados e tratamento de informações, foi empregada por meio de técnicas documentais, como análise de documentos, legislação e outros registros; e não documentais, a partir de estudo de caso com a observação direta, em que os objetos de estudos foram o projeto anteriormente desenvolvido pelo próprio Ibict para a Escola Nacional de Administração Pública – Enap para implementação da plataforma digital *Omeka* e a própria plataforma *Omeka* que foi utilizada para fazer simulações.

1 PLATAFORMA DIGITAL OMEKA

A plataforma digital *Omeka* é um *software* para preservação e difusão de acervos pertencentes aos conjuntos de ferramentas denominadas de GLAM (*Galleries, Libraries, Archives and Museums*), voltadas à disseminação da informação, por meio de coleções de objetos digitais. É um *software* livre de código aberto desenvolvido pela *Roy Rosenzweig Center for History and New Media*, da *George Mason University*. A palavra “*Omeka*” vem do Swahili e significa exibir, mostrar, espalhar (Gonçalves; Shintaku *et al.*, 2022).

A arquitetura do *Omeka* utiliza o servidor Apache, linguagem PHP, banco de dados MySQL e é compatível com Linux, Windows e Mac OS. O guia de instalação está acessível na página omeka.org.

Os objetos digitais são depositados no repositório e descritos conforme os padrões dos metadados *Dublin Core*. Esses objetos, quando depositados, são denominados itens e podem estar com *status* público ou não público. Além disso, a descrição dos objetos com padrões estabelecidos pelos metadados *Dublin Core* possibilita a interoperabilidade entre sistemas e contribui para o intercâmbio de informações entre instituições.

Outro aspecto importante a ser destacado é a capacidade curatorial da ferramenta, já que apresenta funcionalidades que permitem organizar coleções e criar exposições museológicas ricas em conteúdo e com grande capacidade interativa (Gonçalves; Shintaku *et al.*, 2022). Esse aspecto é relevante quando se pensa na questão da facilitação de acesso e ampliação do alcance de público.

Quanto à manutenção tecnológica da plataforma, ressalta-se a possibilidade de sustentar a ferramenta sem uma equipe de TI especializada, devido à simplicidade da arquitetura utilizada. O *Omeka* apresenta grande capacidade de customização das ferramentas necessárias para a gestão do acervo e ainda possibilita a integração com repositórios que seguem os mesmos padrões de interoperabilidade (Gonçalves; Shintaku *et al.*, 2022). No caso do TJDF, há um projeto para integração com o repositório *Dspace* adotado pela biblioteca do tribunal e a implementação de buscador único para recuperação de informações.

Quanto às funcionalidades, o *software* é composto de suas funcionalidades nativas e de conjunto de complementos denominados *plugins*, que podem ser instalados para atender às demandas específicas. Eles podem alterar opções no visual, nas funcionalidades para os usuários externos, administradores e colaboradores, nos metadados, na representação de registros, entre outros (Gonçalves; Shintaku *et al.*, 2022). Os *plugins* estão em constante desenvolvimento e aprimoramento pela comunidade e são disponibilizados nos fóruns de usuários.

2 DIAGNÓSTICO DO ACERVO

Etapa importante na elaboração de projeto para adoção de TICs com fins de preservação de acervo é a identificação da natureza do acervo e do perfil do seu público. Para isso, é importante a realização de diagnóstico que possibilite perceber os atributos que caracterizam o acervo, pois cada tipo de acervo apresenta características e necessidades específicas que são atendidas por determinada ferramenta tecnológica. De modo genérico, os acervos podem ser associados a três grandes categorias: arquivística, bibliográfica e museológica.

O Memorial TJDF faz a gestão de um acervo de memória constituído, de modo geral, por objetos de caráter museológico, que refletem a história do tribunal e sua relação com a sociedade. Nesse sentido, destaca-se a adoção de TICs apropriadas como medida fundamental para manutenção e disponibilização desse acervo preservado para gerações atuais e futuras.

No caso do acervo gerido pelo Memorial, os objetos são em sua maioria tridimensionais e escolhidos para serem incorporados às coleções conforme se alinham com os assuntos relacionados com a política de coleções e a missão do Memorial. A musealização dos objetos com base em intenção específica e a organização em coleções temáticas são os principais fatores que caracterizam esse acervo como museológico e o diferenciam, por exemplo, do acervo arquivístico organicamente acumulado e custodiado pelas unidades de arquivo do tribunal e do acervo bibliográfico gerido pela biblioteca do tribunal.

3 A ESCOLHA DA PLATAFORMA DIGITAL OMEKA: CONTEXTO E JUSTIFICATIVAS

No âmbito do termo de cooperação entre o TJDF e o Ibict, foi definido, após o diagnóstico do acervo, o *Omeka* como plataforma digital mais adequada para preservação e difusão do acervo do Memorial TJDF. Entre vários fatores, podem ser citados como aspectos relevantes para a escolha do *software*: a identificação da natureza do acervo gerido pelo Memorial – museológica; a possibilidade da gestão das coleções; a necessidade de realização de ações culturais mais interativas, a exemplo das exposições; o perfil do usuário; a necessidade de preservação do acervo em repositório seguro com funcionalidades-padrão que atendam às instituições com esse tipo de acervo; e a possibilidade de interoperabilidade e intercâmbio informacional (Arruda *et al.*, 2023).

Quanto à gestão das coleções, o *Omeka* permite o registro e a descrição de representantes digitais com metadados padronizados e a disseminação desse conteúdo, disponível para pesquisa *on-line* e organizado em exposições. Para isso, a plataforma apresenta duas funções macro: a de gerir o conteúdo do acervo digital e a de realizar a difusão do acervo, viabilizando o acesso. A primeira se relaciona com a atividade dos gestores, e a segunda relaciona-se com as necessidades do público. Em conjunto, as duas funções contribuem para a preservação do patrimônio histórico-cultural.

Quanto à necessidade de realização de ações culturais mais interativas, o *Omeka* apresenta um conjunto de funcionalidades que permitem o uso flexível dos objetos digitais depositados. Sendo assim, os objetos podem assumir diferentes papéis, com formatos diversificados e finalidades distintas, a depender do contexto em que estão inseridos. Dessa forma, o contexto promove diversidade de usos para um único objeto digital, o que possibilita, por exemplo, a montagem e a exibição de exposições.

Quanto ao atendimento das necessidades do público, o *Omeka*, em comparação, por exemplo, com o *software Access to Memory – AtoM*, que é uma plataforma de preservação e difusão de acervos arquivísticos, mostra-se mais adequado por apresentar recursos para exibição de exposição em que se podem reunir vários objetos museológicos de forma contextualizada e coerente. Além disso, por ter uma interface mais amigável e interativa, já que é possível customizá-la de forma semelhante a um sítio *on-line*, com *menus* informativos e *plugins* que facilitam o acesso, o *Omeka* apresenta potencial maior com relação ao atendimento do público com interesse voltado para museus.

O *Omeka* atende também à necessidade de preservação do patrimônio digital em repositório seguro, com funcionalidades que permitem a interoperabilidade, já que há possibilidade de integração com o repositório digital *Dspace*, adotado pela biblioteca do TJDF, por meio da utilização de portal de busca unificada.

Diante do exposto, concluiu-se que o *Omeka* é a alternativa tecnológica adequada para atender às necessidades de armazenamento seguro, preservação e gestão das coleções, interoperabilidade, acessibilidade, uso flexível dos itens inseridos na plataforma, atendimento às necessidades do usuário, intercâmbio de informações e construção do conhecimento.

Além do *Omeka*, foram testados os softwares *AtoM* e o *Dspace*. Entretanto, apesar de ambos serem softwares livres, com funcionalidades para interoperabilidade, o primeiro é especializado em descrições arquivísticas, enquanto o segundo é um repositório especializado em gestão de acervos bibliográficos. Sendo assim, seguem respectivamente os metadados da arquivologia e da biblioteconomia, que ainda não apresentam a possibilidade de montagem e exibição de exposições virtuais, que era a principal necessidade do Memorial na época. Por esses motivos, o *AtoM* e o *Dspace* foram descartados.

4 ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE COLEÇÕES E ESTABELECIMENTO DA ÁRVORE DE COLEÇÕES

Embora a plataforma *Omeka* apresente funcionalidades que permitem que objetos sejam depositados independentemente da existência de coleções, é relevante destacar que os objetos museológicos ganham significado maior quando contextualizados em coleções. Sendo assim, é importante o desenvolvimento de política de coleções para se construir conjuntos coerentes e organizados a partir de um fio condutor que apresente uma narrativa, uma história ou uma temática. Para este projeto foi desenvolvida uma política de coleções específica para acervos digitais sob gestão do Memorial TJDF.

A organização do acervo em coleções (Gob; Drouguet, 2019) atribui aos objetos museológicos significado contextualizado, pois relaciona este objeto com o conjunto no qual se insere. A coleção apresenta critério, temática ou narrativa que justifica a reunião desses objetos de forma coerente. Dessa maneira, o estabelecimento de coleções como forma de organizar acervos contribui para a construção do conhecimento e a formação do patrimônio histórico-cultural (Arruda *et al.*, 2023).

A definição da árvore de coleções não é uma etapa obrigatória quando se consideram as funcionalidades do *software*, mas é essencial do ponto de vista da gestão do acervo. Isso porque é interessante que as coleções e subcoleções estejam relacionadas entre si e que os objetos museológicos estejam sempre associados a uma delas. Considerando isso, definiu-se um arranjo para organizar as coleções de forma hierárquica, por meio da funcionalidade do *plugin Collection Tree*. Desse modo, as coleções do Memorial TJDF apresentam-se organizadas em metacoleções, coleções e subcoleções. As metacoleções foram definidas como acervo informacional, acervo artístico e coleções recebidas por doação.

O acervo informacional é constituído por itens que contêm dados e informações registradas, em qualquer formato, e preservados em razão da relevância dos seus conteúdos, considerando o caráter histórico e informacional. Nesse caso, pode-se tomar um processo como exemplo: o conteúdo deste processo é a parte mais relevante e que justifica sua preservação, ainda que apresente um valor histórico-cultural como objeto. Desse modo, entende-se que este processo fará parte do acervo informacional. A metacoleção do acervo informacional é formada por sete coleções: bibliográfico, documental, fotografias, história oral, patrimonial, personalidades e vídeos.

Já o acervo artístico é formado por três coleções: arquitetura e urbanismo, mobiliário e obras de arte. Essas coleções foram divididas em subcoleções que agrupam os itens por temas específicos. Isso facilita a gestão do acervo e a navegação do usuário pela estrutura da árvore de coleções.

5 PADRONIZAÇÃO DAS DESCRIÇÕES PARA OS OBJETOS DIGITAIS DEPOSITADOS

A descrição dos itens do acervo é ação essencial para gestão e recuperação dos objetos, difusão do acervo e troca de informações entre instituições, pois possibilita a contextualização dos objetos quanto aos elementos formais, históricos e culturais, o que torna os acervos inteligíveis para público e contribui para uma experiência mais profunda (Arruda *et al.*, 2023). Além disso, a descrição dos objetos é um registro para a história e fonte de informações para pesquisadores, tendo em vista que possibilita a formação de arcabouço informacional complexo.

Considerando a questão da recuperação de informações e do intercâmbio informacional, é importante que as descrições sejam realizadas com base em padrões de descrição preestabelecidos. Nesse sentido, o próprio *Omeka* adota o *Dublin Core*, um esquema de metadados de padrão internacional. Além disso, a fim de uniformizar as descrições, o Memorial TJDFT definiu campos que devem ser preenchidos (da extensa lista de opções disponíveis no *Omeka*) e adotou o vocabulário controlado da biblioteca da Universidade de São Paulo – USP como parâmetro para preenchimento desses campos, assim como estabeleceu alguns formatos de preenchimentos, como, por exemplo, datas e textos.

6 GERAÇÃO, DEPÓSITO E DESCRIÇÃO DE REPRESENTANTES DIGITAIS

A fim de construir o patrimônio digital a ser disponibilizado na plataforma, duas ações principais foram executadas: seleção e organização do acervo originalmente digital e digitalização do acervo físico.

A digitalização do acervo físico, no caso de documentos em suporte de papel, foi efetuada pela própria equipe com o uso de máquina digitalizadora simples. Nos casos dos objetos tridimensionais, fotografias digitais foram realizadas por equipe especializada.

Vale lembrar que parte dessa digitalização e fotografias já havia sido realizada para projetos anteriores ao *Omeka* e aproveitados nesta plataforma.

7 ESTUDO DE PÚBLICO

O estudo de público é instrumento necessário para se definir o *layout* a ser construído, as principais abas e *menus* de navegação e conteúdos que merecem maior destaque na página virtual. No caso do Memorial TJDF, foram utilizados para estudo de público os levantamentos dos acessos na página virtual do Memorial TJDF e as solicitações de acesso aos documentos físicos e visitas ao espaço físico Desembargadora Lila Pimenta Duarte.

8 ESTRUTURAÇÃO DA PLATAFORMA E CUSTOMIZAÇÃO DO LAYOUT DA PÁGINA

Na escolha da plataforma digital *Omeka*, a facilitação do acesso e da ampliação do alcance de público também foi considerada, e o *software* mostrou-se opção eficiente. Isso porque a plataforma apresenta funcionalidades que possibilitam a customização de seu *layout*, de modo a apresentar interface mais amigável e atrativa conforme o perfil do público que se deseja alcançar. Além disso, trata-se de plataforma de fácil uso, bastante intuitiva e acessível a partir de qualquer dispositivo digital.

Para a estruturação e a customização, foram utilizados os *plugins*: *Admin Images* – permitiu adicionar vetores e imagens de publicidade para serem usados nas páginas de navegação; *Dublin Core Extended* – possibilitou a ampliação do formato *Dublin Core* e seleção dos metadados necessários para descrição dos itens do acervo; *Exhibit Builder* – adicionou a capacidade de criar exposições; *Hide Elements* – para que as páginas com metadados ficassem esteticamente agradáveis, esse *plugin* foi configurado para esconder elementos do *Dublin Core* não utilizados; *Limit Visibility to Own* – utilizado para limitar a visualização de itens dentro do sistema para os usuários denominados colaboradores, para que vejam apenas o que foi feito por eles mesmos; *Simple Pages* – utilizado para criar todas as páginas das seções Acesso, Sobre e Fale Conosco.

A estrutura e a customização para o *Omeka* podem ser alteradas ou aprimoradas a qualquer momento, com atualizações dos *plugins* ou configurações diferentes para novas necessidades. Os *plugins* devem ser definidos conforme a necessidade de cada acervo e do público que se deseja alcançar.

9 ELABORAÇÃO DE TEXTOS INFORMATIVOS PARA CONTEXTUALIZAÇÃO DO MEMORIAL, SUAS AÇÕES E SEU ACERVO

A página principal do *Omeka* TJDF, intitulada Memória e Cultura, apresenta informações gerais sobre o espaço físico do Memorial, seu histórico, acervo, exposição, acesso, entre outras. Para isso, foram elaborados textos informativos que contextualizam os aspectos citados.

Os textos têm o objetivo principal de orientar o público quanto às formas de acessar o espaço físico, conhecer os conteúdos dos acervos e entrar em contato com a equipe responsável, caso seja necessário.

Além disso, destaca-se a importância do *menu* relativo à exposição, pois nesta aba há informações atualizadas sobre o histórico de exposições realizadas e informações sobre as exposições em andamento.

O *menu* sobre o acervo também é muito importante, pois esclarece ao público o conteúdo do acervo gerido pelo Memorial, demonstrando as possibilidades de pesquisa (exploradas no *menu* pesquisa).

No caso do Memorial TJDFT, o acervo na plataforma ficou dividido em duas grandes áreas: acervo informacional (documentos e processos, peças do acervo histórico, produtos de conteúdo histórico e informativo produzidos a partir do acervo histórico) e acervo artístico (acervo originário e obras recebidas por doação).

Os textos contextualizam o Memorial e seu acervo, contribuem para a construção do conhecimento e atendem às questões de transparência e direito de acesso.

10 ACESSIBILIDADE

O Memorial TJDFT tem adotado ações que buscam efetivar a acessibilidade para maior número de pessoas, de modo a garantir o direito à cultura, considerando que há significativa parcela da população que apresenta algum tipo de necessidade especial. A medida busca atender também à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, realizada em 2006 pela ONU em comemoração ao Dia Internacional dos Direitos Humanos, aprovada no Brasil em 2008 por meio do Decreto Legislativo 186 e promulgada em 2009 por meio do Decreto 6.949; e à Resolução CNJ 401, de 16/6/2021.

Além disso, buscou-se atender também ao previsto no segundo eixo da Política Nacional de Museus – PNM, que trata da democratização de acesso aos bens culturais e reconhece o direito das pessoas com deficiência de participar da vida cultural, devendo-se promover a igualdade de oportunidades.

Nesse sentido, o Memorial TJDFT e seus ambientes virtuais, como espaços inclusivos que valorizam a diversidade cultural, a dignidade humana e a universalidade de acesso, vêm trabalhando na adoção de medidas para promover a acessibilidade total aos espaços físicos e virtuais. No caso da plataforma *Omeka*, foi implementada a acessibilidade comunicacional (Costa, 2020) por meio de audiodescrição em parte do conteúdo.

11 MONTAGEM E EXIBIÇÃO DE EXPOSIÇÃO

Tendo em vista que a exposição (Gob; Drouguet, 2019) é a principal forma de comunicação das instituições de memória e cultura, essa é uma importante funcionalidade a ser explorada no *Omeka*. A exposição é elaborada a partir de texto curatorial que apresenta narrativa sobre o

conjunto de objetos expostos. Além da narrativa, também são utilizados produtos e artifícios que melhoram o poder de comunicação.

Vale lembrar que, no caso da exposição virtual, a possibilidade de alcance de público devido ao acesso *on-line* e a possibilidade de audiodescrição são fatores relevantes que devem ser considerados quando se pensa no *Omeka* como TIC adequada para as necessidades das instituições com acervos museológicos. Considerando esse potencial da plataforma, no *Omeka* TJDF foram organizadas uma linha do tempo e uma exposição com o acervo artístico originário do tribunal.

12 ELABORAÇÃO DO GUIA DO USUÁRIO

Paralelamente ao desenvolvimento e implementação da plataforma *Omeka*, foi elaborado o Guia do Usuário do *Omeka* para o TJDF (Gonçalves; Shintaku *et al.*, 2022) contendo instruções para orientar os usuários. O guia faz parte da Coleção de Guias desenvolvidos no âmbito do projeto de pesquisa firmado entre o TJDF e o Ibict, voltado a estudos de ecossistemas de informação do tribunal. Esses estudos propõem sistemas informatizados para disseminação da informação dos acervos documental, bibliográfico e museológico geridos e preservados pelo tribunal.

Assim, o guia apresenta, de forma simples, a gestão do *software* e suas principais funcionalidades. Para isso, foi dividido em três seções principais, a saber: apresentação do *Omeka* no TJDF (estrutura do *software* no tribunal); gerenciamento do *Omeka* no TJDF (orientações de gestão do sistema, como, por exemplo: gerenciamento de usuários, criação de coleções, depósito de itens e criação de exposições); e, por fim, visualização das informações no sistema, que esclarece as possibilidades de exploração do conteúdo do *Omeka* pelo usuário.

Por fim, o guia é um instrumento de acesso rápido para ser utilizado cotidianamente no tribunal, na gestão do sistema. Entretanto, pode contribuir também com a comunidade de usuários do *Omeka*, visto que ainda há pouca literatura técnica disponível em língua portuguesa sobre o assunto.

13 CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Além da própria implementação de tecnologia de informação, o termo de cooperação com o Ibict apresentou como objetivo contribuir para a construção de conhecimento na área de gestão da informação e do conhecimento. Nesse contexto, como forma de registro e compartilhamento de informações, foi elaborado um livro, em formato físico e digital, intitulado Modernização tecnológica do ecossistema de informação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

O livro abordou a experiência da parceria entre o Ibict e o tribunal na modernização tecnológica dos conjuntos de sistemas que de forma integrada constituem o ecossistema informacional do TJDF. O termo de cooperação abrangeu vários projetos específicos para atender à necessidade de cada área. O Memorial TJDF foi contemplado com o projeto para implementação da plataforma *Omeka*.

Os conhecimentos gerados no âmbito do grupo de trabalho *Omeka* foram registrados nos capítulos A Memória do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e O *Omeka* do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Por fim, como ação de difusão e intercâmbio de conhecimento, foi realizado um seminário em novembro de 2024, no TJDF, em parceria com o Ibict, que deu maior visibilidade ao conteúdo abordado pelo livro. Além disso, o seminário proporcionou a participação e troca de experiências entre profissionais da área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto teve como objetivo definir uma plataforma tecnológica para realizar a preservação e a difusão do acervo museológico gerido pelo Memorial TJDF. Para isso, foram tomadas algumas medidas. Em primeiro lugar, foi realizado diagnóstico do acervo que permitiu identificar suas características e sua natureza museológica.

A partir do diagnóstico, constatou-se que era necessária uma plataforma com funcionalidades que possibilitem a gestão das coleções; a realização de exposições; e a preservação do acervo em repositório seguro com padrões para interoperabilidade de sistemas e intercâmbio informacional.

Após análise dos softwares *Dspace*, *AtoM* e *Omeka*, concluiu-se que o único que atendia a todos os critérios estabelecidos era o *Omeka*. Sendo assim, ele foi definido como o *software* mais adequado para o caso do Memorial TJDF.

Destacam-se, ainda, como aspectos relevantes para o resultado obtido o estabelecimento da política de coleções, o desenvolvimento da árvore de coleções, a definição de padrões de descrição, a contribuição de recursos humanos especializados, a parceria com Ibict como ponto essencial na aquisição de conhecimento e a elaboração do Guia de Usuários, como instrumento para autonomia das equipes de trabalho.

Como principais resultados do projeto, obteve-se a implementação da plataforma disponível para acesso, com grande parte do acervo digitalizado e descrito para pesquisa histórica e informacional. Além disso, foram elaboradas exposições virtuais e divulgados conteúdos informativos relativos às atividades do Memorial e seu acervo. Houve ainda a publicação de capítulo de um livro como forma de compartilhamento de conhecimento.

Por fim, como conclusão, constatou-se que a adoção de TICs é fundamental para a ampliação e a democratização do acesso, de modo a atender às demandas da sociedade atual, marcada pelo consumo rápido e remoto de informações. Conclui-se também que o trabalho colaborativo, com equipes multidisciplinares, é fundamental para um resultado mais sólido e completo com relação ao que se pretende oferecer à sociedade.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Aline *et al.* A memória do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. In: SHINTAKU, Milton; MORAES, Marcelo Hilario de (org.). **Modernização tecnológica do ecossistema de informação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**. Brasília: Editora Ibict; TJDF, 2023. cap. 6, p. 124-137. ISBN 978-65-89167-97-6. DOI 10.22477/9786589167976. Disponível em: <https://labcotec.ibict.br/omp/index.php/edcotec/catalog/view/322/354/2047>. Acesso em: jan. 2024.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. RESOLUÇÃO Nº 324, de 30 de junho de 2020. Institui diretrizes e normas de Gestão de Memória e de Gestão Documental e dispõe sobre o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – Proname. **Diário da Justiça eletrônico**, Brasília, DF, n. 215, p. 4-11, 9 jul. 2020. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original020506202007245f1a41d255fab.pdf>. Acesso em: jan. 2024.
- BRASIL. LEI Nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03///_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em: jan. 2024.
- BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. PORTARIA CONJUNTA 140 de 5 de dezembro de 2022. Estabelece a estrutura organizacional e as competências das unidades vinculadas à Primeira Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. **Diário de Justiça eletrônico**, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/publicacoes/publicacoes-oficiais/portarias-conjuntas-gpr-e-cg/2022/portaria-conjunta-140-de-05-12-2022>. Acesso em: jan. 2024.
- BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. RESOLUÇÃO 10 de 24 de agosto de 2021. Institui a Política de Gestão da Memória do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. **Diário de Justiça eletrônico**, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/publicacoes/publicacoes-oficiais/resolucoes-do-pleno/2021/resolucao-10-de-24-08-2021>. Acesso em: jan. 2024.
- COSTA, Karine Lima da. **Noções gerais de museologia**. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2020. 270 p. ISBN 978-8522702527.
- DESVALLÉES, André; WASSERMAN, Françoise; BARY, Marie-Odile de. **Vagues - vol. 2: une anthologie de la nouvelle muséologie**. 1. ed. França: PU LYON, 1994. 574 p. ISBN 978-2729704780.
- GOB, André; DROUGUET, Noémie. **A museologia: história, evolução, questões atuais**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2019. 376 p. ISBN 978-8522521647.
- GONÇALVES, Maison Roberto Mendonça; SHINTAKU, Milton *et al.* **Guia do usuário do Omeka para o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT)**. Brasília: Ibict; TJDF, 2022. 48 p. ISBN 978-65-89167-28-0. Disponível em: <https://labcotec.ibict.br/omp/index.php/edcotec/catalog/view/119/116/530>. Acesso em: jan. 2024.
- HERNÁNDEZ, Francisca Hernández. **Planteamientos teóricos de la museología**. 1. ed. Gijón: Ediciones Trea S.L., 2006. 288 p. ISBN 978-8497042253.
- LOPES, João Miguel Teixeira. Da democratização da cultura a um conceito e prática alternativos de democracia cultural. **Saber & Educar**, Portugal, n. 14, p. 1-13, 2009. DOI <https://doi.org/10.17346/se.vol14.121>. Disponível em: <http://baes.ua.pt/handle/10773/2/browse?type=author&order=ASC&rpp=20&value=Lopes%2C+Jo%C3%A3o+Miguel+Teixeira>. Acesso em: 23 jan. 2024.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 92 p. ISBN 978-85-249-0952-8. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1979672/mod_resource/content/1/SANTOS%20Um%20discurso%20sobre%20as%20ci%C3%A7%C3%A2ncias_LIVRO.pdf. Acesso em: jan. 2024.
- SHELTON, Anthony. Critical museology: a manifesto. **Museum Worlds Advances in Research**, Nova Iorque, ano 1, v. 1, ed. 1, p. 7-23, 2013. Disponível em: <https://arenet.org/img/Critical%20Museology%20A%20Manifesto.pdf>. Acesso em: jan. 2024.
- TAKAHASHI, Tadao (org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. 1. ed. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), 2000. 195 p. ISBN 978-85-88063-01-3. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/434/1/Livro%20Verde.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- UNESCO. Recomendação referente à proteção e promoção dos museus e coleções, sua diversidade e seu papel na sociedade. Tradução: Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). **Site Unesco**, Paris, 2017. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247152>. Acesso em: jan. 2024.